



## **26 DE OUTUBRO DE 2011**

### **Quarta – feira**

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **KLABIN PLANEJA INVESTIR R\$ 5,8 BILHÕES NO PARANÁ**
- **INDUSTRIAIS ESTÃO MENOS CONFIANTES**
- **INSS TEM ROMBO DE R\$ 9,35 BI EM SETEMBRO**
- **MANTEGA E ANFAVEA DEFENDEM IPI MAIS ALTO PARA VEÍCULOS IMPORTADOS**
- **MINÉRIO DE FERRO ATINGE MENOR PREÇO EM 15 MESES**
- **INDEXAÇÃO À SELIC É BEM VISTA POR BANCOS**
- **PACTO DE PERMANÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO**
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI E ESTOQUES AUMENTAM**
- **SHACMAN, O CURIOSO CAMINHÃO CHINÊS BRASILEIRO**
- **SINOTRUK DEFINE FUTURA FÁBRICA NO BRASIL**
- **CHERY NEGOCIA NACIONALIZAÇÃO COM GOVERNO**
- **ANFIR QUER DIFERENCIAR FABRICANTES NACIONAIS**
- **RODOLINEA TERÁ FÁBRICA DE IMPLEMENTOS PESADOS**
- **PARCELAMENTO - RECEITA E PGFN DESCARTAM REABERTURA DE PRAZO PARA RENEGOCIAR DÍVIDAS**
- **MUNICÍPIO DE CURITIBA - ÚLTIMOS DIAS PARA PARCELAR IMPOSTOS ATRASADOS**
- **SIMPLES NACIONAL - OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL EM 2012 PODERÁ SER AGENDADA A PARTIR 1º DE NOVEMBRO**
- **DIREITO DO TRABALHO - ANÚNCIOS DISCRIMINATÓRIOS: JUSTIÇA DO TRABALHO É INCOMPETENTE EM AÇÃO**

- **TRIBUNAL - DESVIRTUAMENTO DE ESTÁGIO RESULTA EM VÍNCULO EMPREGATÍCIO**
- **TRIBUNAL - TURMA GARANTE A EMPRESA PRODUÇÃO DE PROVA ORAL SOBRE USO DE EPI**
- **DIREITO DO TRABALHO - TRABALHO INFANTIL: PRESIDENTE DA AMB DEFENDE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL**
- **DIREITO CIVIL - CONTRATO BANCÁRIO: STJ DECIDE CONTROVÉRSIA SOBRE JUROS ABUSIVOS**
- **PERÍCIA MÉDICA - INSS APRESENTA ATUALIZAÇÃO DO NOVO MODELO DE PERÍCIA**
- **APOSENTADORIA - ARTIGO SUGERE AJUSTES NA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

Câmbio Em 26/10/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,756	1,757
Euro	2,447	2,448

Fonte: BACEN

## Klabin planeja investir R\$ 5,8 bilhões no Paraná

26/10/2011- Gazeta do Povo

A Klabin vem negociando com o governo do estado e municípios da Região dos Campos Gerais o investimento em uma nova fábrica de celulose que começaria a produzir no Paraná a partir de 2015. A companhia, que já tem uma fábrica de papel e cartões em Telêmaco Borba, está escolhendo o município que vai sediar o megaprojeto. Segundo fontes que acompanham as conversas, o investimento pode chegar a R\$ 5,8 bilhões, mas ainda não se sabe quantos novos empregos seriam gerados.

Os recursos devem incluir, além da instalação da fábrica, os ativos florestais necessários para o fornecimento de madeira para a produção, segundo fontes do

mercado. Se confirmado, o investimento deve ser o segundo maior do estado nos últimos anos, atrás apenas da ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária (região metropolitana de Curitiba), orçada em cerca de R\$ 10 bilhões.

## **Aeroporto em Tibagi deve estimular exportações**

*Diego Antonelli, da sucursal*

O aeroporto internacional de cargas que será instalado no município de Tibagi, nos Campos Gerais, deverá contribuir para o aumento das exportações de indústrias sediadas na região e servir como atrativo para a instalação de novos empreendimentos, na avaliação de Luiz Gustavo Carvalho, coordenador regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ponta Grossa – a principal cidade da região – já exportou, até setembro deste ano, US\$ 1 bilhão. No mesmo período do ano passado, foram US\$ 623 milhões. Ainda não há uma estimativa exata sobre o impacto do novo aeroporto. “Mas certamente haverá mais possibilidade de termos um aumento nas exportações”, afirma Carvalho. Além disso, o aeroporto de cargas vai facilitar a negociação e o transporte de mercadorias. “Os empresários de todo o Paraná não precisarão levar seus produtos a aeroportos de outras cidades, como Guarulhos. Além disso, a importação de bens também se tornará muito mais fácil”, acrescenta.

A Companhia Aeroportuária Campos Gerais, responsável pela construção do aeroporto, espera começar a operar em três anos. Com previsão de investimento de R\$ 3,5 bilhões, o novo empreendimento terá quatro pistas e possibilitará 7,5 mil pousos e decolagens por ano, com conexões com a Europa, América Latina e Estados Unidos. De acordo com o projeto, o aeroporto terá ainda 8,8 mil metros quadrados de galpões para armazenagens, oito hangares e poderá operar com qualquer tipo de aeronave, inclusive os Airbus 380.

“Nós devemos concluir a primeira fase, que contempla parte da infraestrutura e a construção da pista, em três anos. Dessa forma, já conseguiremos iniciar nossas atividades”, revela o presidente da companhia, Edison Morozowski. Para poder tirar o projeto do papel, Morozowski aguarda o término das negociações com o governo estadual. “Estamos no aguardo para definir a parceria público-privada que já está em discussões bem avançadas”, afirma.

## **Montadora chinesa estuda abrir fábrica no estado**

*Fernando Jasper, com agências*

A fabricante de caminhões Sinotruk, da China, estuda construir uma fábrica no Brasil, e o destino mais provável é o Paraná. O anúncio foi feito ontem à tarde pelo presidente mundial da empresa, Cai Dong, durante o 18º Salão Internacional do Transporte (Fenatran), em São Paulo. A empresa já atua no país como importadora, a partir da sede estabelecida em Campina Grande do Sul (região metropolitana de Curitiba).

O secretário de Estado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros, disse ter se reunido com o executivo chinês no domingo, em Campina Grande do Sul. “Disse a ele que, se a empresa quiser se instalar no estado, poderá contar com os benefícios do Paraná Competitivo [programa que posterga o pagamento de parte do ICMS]”, afirmou o

secretário. Segundo Barros, não estão definidos nem o tamanho da fábrica nem o local. "Certo é que a Sinotruk está adiantando esse investimento de 2015 para 2012, por causa do aumento do IPI dos veículos importados."

Barros avisou que vai a Brasília em novembro, junto com representantes da Sinotruk, para negociar com o governo federal. A ideia da empresa é obter um "alívio" no IPI maior, apresentando como contrapartida o investimento no país.

Enquanto a Sinotruk pensa em antecipar seus planos por causa do aumento da tributação, outra empresa de origem chinesa, a Foton Aumark, pode desistir de investir R\$ 500 milhões no país pelo mesmo motivo. A alternativa seria o México. O aviso é de Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente da empresa no país, que também negocia com o governo.

O projeto da Klabin deve ter impacto em um raio de até 14 municípios na Região dos Campos Gerais, onde estão as florestas que serão fornecedoras de madeira para a produção de celulose. Entre as cidades que disputam o empreendimento estão Tibagi e Ortigueira. A empresa teria descartado construir a nova linha em Ponta Grossa e em Telêmaco Borba.

Procurada, a Klabin preferiu não se pronunciar. A empresa – que tem capital aberto – informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que está em período de silêncio antes da divulgação dos resultados financeiros, prevista para a próxima segunda-feira.

## **Partilha inédita**

O acordo que está sendo estudado entre empresa, estado e municípios é inédito e prevê a partilha de ICMS entre as cidades que fornecerão madeira para a linha de produção. A Klabin teve uma reunião com representantes do governo e municípios para discutir o assunto há cerca de dois meses, segundo fontes que estão próximas à negociação. Tradicionalmente o ICMS fica com o município em que é instalada a fábrica, mas alguns estados – como o Rio Grande do Sul – vêm possibilitando a divisão do ICMS entre as cidades envolvidas na cadeia de produção.

Segundo o prefeito de Tibagi, Sinval Silva (PMDB), a intenção é que 50% do ICMS gerado pela Klabin seja distribuído entre os municípios fornecedores de matérias-primas. Silva diz que estão em estudo critérios como fornecimento de madeira, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população para a divisão do ICMS. A empresa deve se enquadrar no programa de incentivos Paraná Competitivo.

A Klabin havia anunciado, há cerca de dois anos, seus planos de construir uma fábrica de celulose no Paraná, com capacidade para algo entre 1,3 milhão e 1,5 milhão de toneladas anuais. O prefeito de Ortigueira, Geraldo Magela (PSDB), diz que a Klabin tem cerca de 17,3 mil hectares de florestas no município, com potencial para a ampliação de áreas no futuro. Segundo ele, a empresa informou que tem planos de começar a produzir a partir de 2015. Além do suprimento de madeira, a empresa está interessada na logística de escoamento da produção e na proximidade de rios para fornecimento de água.

O último grande investimento da empresa no estado foi de R\$ 2 bilhões, em 2007, na unidade de Telêmaco Borba. A Klabin, que no primeiro semestre de 2011 faturou R\$ 1,9 bilhão – 9% mais do que no ano passado – tem 17 unidades industriais no Brasil e na Argentina e 212 mil hectares de florestas plantadas. A fabricante lucrou R\$ 303

milhões no primeiro semestre deste ano, 178% mais do que no mesmo período de 2010.

### **Área exigida de plantio seria de "sete Curitiba"**

O megaprojeto da Klabin promete movimentar o setor florestal no estado. Parte significativa do investimento deve ser direcionada à aquisição de ativos florestais. Um cálculo da consultoria Consufor, especializada no setor, aponta que, para uma capacidade de produção anual de 1,5 milhão de toneladas de celulose (1,35 milhão de toneladas de produção real), a empresa necessitaria de cerca de 300 mil hectares de florestas plantadas. "É uma área equivalente a sete vezes um município como Curitiba", diz Ederson de Almeida, diretor da empresa. O consumo de madeira da nova fábrica de celulose deve ficar em 5,4 milhões de metros cúbicos de madeira fina – entre 8 e 18 centímetros de diâmetro. Toda a celulose produzida deve ser direcionada para a produção de papel, embalagens e cartões.

Ao todo, as florestas do estado – 847 mil hectares de pinus e eucalipto – fornecem 10 milhões de metros cúbicos de madeira fina por ano. "Hoje há um equilíbrio entre oferta e demanda no mercado. Com os novos projetos de ampliação, inclusive de outras empresas, haverá uma pressão pela oferta de ativos florestais no estado", diz.

Segundo Almeida, a tendência é de que a Klabin, além da compra de áreas para plantio, invista mais fortemente no fomento florestal e na aquisição de áreas já plantadas que estão hoje nas mãos de alguns fundos de investimento florestais. Outra opção será a diminuição do tempo de corte de pinus – hoje, em média, de 18 a 20 anos – para 16 anos.

### **Industriais estão menos confiantes**

26/10/2011- Gazeta do Povo

O indicador que mede o nível de atividade da indústria caiu em setembro para 48,6 pontos, segundo sondagem divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em agosto, esse indicador ficou em 54,9 pontos (valores acima de 50 indicam expectativa positiva). Segundo a CNI, "o cenário de moderação da atividade industrial afeta as expectativas dos empresários para os próximos seis meses". O aumento do IPI dos veículos importados não foi suficiente para melhorar as perspectivas do setor automotivo sobre as vendas nos próximos seis meses: a expectativa de demanda por carros nos próximos seis meses caiu de 47,4 pontos em setembro para 45,8 pontos em outubro.

### **INSS tem rombo de R\$ 9,35 bi em setembro**

26/10/2011- Gazeta do Povo

As contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) registraram rombo de R\$ 9,35 bilhões em setembro, valor 5,2% menor que o verificado no mesmo período do ano passado, quando o saldo negativo foi de R\$ 9,86 bilhões. Mas, em relação a agosto deste ano, quando o déficit foi de R\$ 3,94 bilhões, o saldo negativo aumentou 137,1%. O resultado de setembro é decorrente de uma arrecadação líquida de R\$ 19,793 bilhões e despesas com o pagamento de benefícios no valor de R\$ 29,143 bilhões. Entre janeiro e setembro deste ano, a Previdência Social registrou déficit de

R\$ 35,349 bilhões. Em comparação com o mesmo período do ano passado, o rombo recuou 17,9%.

## Mantega e Anfavea defendem IPI mais alto para veículos importados

26/10/2011- Gazeta do Povo

O ministro da Fazenda, **Guido Mantega**, defendeu nesta terça-feira (25) a decisão do governo de elevar o Imposto sobre Produtos Industrializados (**IPI**) para veículos importados. Ao lado do presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (**Anfavea**), Cledorvino Belini, Mantega disse que a medida conseguiu atingir o objetivo de proteger a indústria nacional num momento de crise e ao mesmo tempo atrair investimentos para o país.

"O balanço é positivo porque o objetivo que nós estávamos perseguindo com essa medida era garantir que, num momento de crise internacional, o mercado brasileiro fosse desfrutado por quem faz investimento no Brasil, gera valor agregado e paga imposto no país", disse Mantega.

Segundo Belini, a projeção de investimentos do setor automotivo para o período 2011 a 2014 é de US\$ 21 bilhões, sendo que parte desse montante foi anunciado por empresas depois da elevação do IPI. Mantega ressaltou que, sem a medida, o total de veículos importados vendidos no Brasil (que estava numa média mensal de 70 mil) iria continuar crescendo fortemente e algumas montadoras poderiam até mesmo desistir de apostar no mercado brasileiro.

### Incentivo

O ministro informou que a equipe econômica já trabalha na elaboração de um programa de incentivo para o setor automotivo que associe desonerações a um grau de nacionalização dos veículos. Segundo Mantega, a ideia é exigir um percentual de peças nacionais superior a 65%. O programa deve ser anunciado até o final do ano que vem, quando termina a elevação do IPI para os importados.

Mantega também disse que o governo exigiu da indústria automobilística um compromisso com manutenção de empregos e de preços de veículos em troca do IPI mais alto: "Condicionamos esse IPI à manutenção do nível de emprego. Só uma empresa apresentou programa de demissão voluntária até agora, a GM. Mas ela nos demonstrou que, em outras fábricas, contratou mais. Trata-se de uma acomodação regional que a empresa está fazendo. No caso dos preços, o setor demonstrou que os valores de carros novos têm subido menos do que a inflação."

O ministro minimizou o fato de alguns países terem pedido explicações ao Brasil na Organização Mundial do Comércio (**OMC**) sobre a elevação do IPI. Segundo ele, não houve abertura formal de processo contra a medida.

## Minério de ferro atinge menor preço em 15 meses

26/10/2011- Valor Econômico

Usinas siderúrgicas chinesas já começaram a cortar sua produção, diante das condições mais apertadas de crédito e do esfriamento do mercado imobiliário no país,

que estão se fazendo sentir no maior mercado de aço do mundo, pressionando o custo do minério de ferro para o menor patamar em 15 meses.

O preço do minério de ferro no mercado à vista chinês despencou nesta terça-feira, para seu nível mais baixo desde julho do ano passado, tendo perdido substanciais 7,2% - a maior queda intradiária em mais de 26 meses -, para US\$ 128,50 a tonelada, segundo a agência de preços Platts. O preço do minério de ferro caiu mais de 30% nas últimos seis semanas.

A rápida queda abriu uma enorme discrepância entre os preços à vista e os contratos trimestrais, pressionando as siderúrgicas chinesas a exigir uma renegociação de contratos. Traders disseram que algumas siderúrgicas estão ameaçando descumprir seus contratos, caso as mineradoras se recusem a aceitar preços mais baixos para o período de outubro-dezembro.

Os cortes de produção em siderúrgicas chinesas de pequeno e médio porte constituem novas evidências de que o aperto monetário imposto por Pequim está repercutindo em uma desaceleração da demanda por matérias-primas. Embora as perspectivas para a demanda por aço na China não tenham mudado nas últimas semanas, traders e executivos no setor dizem que o financiamento secou para algumas siderúrgicas, levando-as a reduzir a produção e reduzir as compras de minério.

"Cerca de 20 a 30% das usinas pequenas e médias nesta área desligaram seus fornos", disse um executivo do setor do aço, no sul da China. "Nossa usina ainda não reduziu a produção, mas estamos sentindo a pressão da redução de liquidez. Quando realizamos vendas, o dinheiro volta cada vez mais devagar. Liquidez é uma grande preocupação".

Um trader na cidade siderúrgica de Rizhao acrescentou que algumas usinas estão com fornos novos ociosos. "Eles não querem produzir, porque acreditam que vão perder dinheiro".

O contrato na Shanghai Futures Exchange para vergalhões de aço, geralmente usado na construção civil, caiu 18,1% desde setembro, para 4,021 mil yuans a tonelada, na terça-feira. Na semana passada, o aço atingiu um mínimo em um ano.

O custo do minério de ferro é crucial para a rentabilidade dos setores siderúrgico e minerador, e também impacta a inflação, pois repercute no custo de itens de uso diário, como refrigeradores e máquinas de lavar. As commodities respondem pela maior parte dos lucros em empresas de mineração mundial, como a Vale, do Brasil, a Rio Tinto e a BHP Billiton.

A consultoria MySteel estima que 5% da produção de aço na China foi desativada, nas últimas semanas. As pequena usinas siderúrgicas que cortam sua produção normalmente compram minério de ferro no mercado à vista, em grande parte de mineradoras indianas, e por isso sua ausência pode provocar uma queda desproporcionalmente grande nos preços do mercado à vista. Usinas siderúrgicas maiores, que compram suas matérias-primas de mineradoras maiores, ainda estão com sua produção aquecida, segundo traders, embora algumas já tenham anunciado cortes de produção relacionados com operações de manutenção.

O setor de construção civil, uma grande fonte de demanda por aço, esfriou neste ano, depois que Pequim começou a tentar conter a alta dos preços dos imóveis. Durante o ano passado a China elevou as taxas de juros e as reservas compulsórias dos bancos,

num esforço para combater a inflação, e essas medidas estão restringido o fluxo de crédito na economia.

## Indexação à Selic é bem vista por bancos

26/10/2011- Valor Econômico

Embora o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tenha negado que o governo estude alterar o cálculo de rentabilidade da caderneta de poupança, a possibilidade de mudança parece agradar o setor bancário.

A indexação da poupança à Selic, que estaria para ser anunciada no ano que vem, é, segundo os economistas do Itaú Unibanco, "um passo adiante no aprimoramento do sistema de poupança, algo que poderia auxiliar uma futura reforma no financiamento habitacional". Uma fonte graduada do governo afirmou que o relatório do banco "circulou pelo governo"

Para o segmento de crédito imobiliário, que tem como principal fonte de recurso a poupança, atrelar a remuneração da caderneta à taxa Selic pode ser considerado um avanço. Mas o ideal seria que o indexador, em vez da Selic, fosse um índice de inflação.

Segundo Antonio Barbosa, diretor de financiamento imobiliário do HSBC, os ativos atrelados a índices de inflação são os preferidos dos investidores, especialmente os institucionais, como fundos de pensão e seguradoras. Dessa forma, o apetite pela securitização de ativos imobiliários tenderia a aumentar.

"Fazer um 'swap' [contrato de troca de indexador] para que a aplicação passe a ser remunerada por um índice de inflação custa caro. Por isso, dificilmente consigo vender hoje um CRI [Certificado de Recebíveis Imobiliários] para o mercado institucional", afirma Barbosa. No HSBC, a venda de CRIs para investidores pessoas físicas de alta renda já responde pela carteira de R\$ 2,8 bilhões em financiamentos imobiliários a pessoas jurídicas.

Por trás da perspectiva de expansão do mercado de securitização de ativos imobiliários está a preocupação - não só do executivo do banco inglês mas de todo o mercado - com a escassez de "funding" para o crédito imobiliário. A previsão da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) é de que o saldo da caderneta, hoje em R\$ 318,7 bilhões, só atenda à demanda até 2012. Enquanto a poupança cresce a um ritmo de 15% ao ano, o crédito imobiliário avança a uma taxa de 50%.

Ajustar a remuneração da caderneta, porém, está longe de ser um cálculo trivial. Se a rentabilidade da tradicional aplicação crescer muito e provocar uma corrida dos investidores, há receio de que o mercado imobiliário não consiga absorver toda a procura.

As instituições financeiras são obrigadas a direcionar 65% dos depósitos em poupança para financiamentos imobiliários. Por isso, Barbosa defende que a discussão da remuneração da poupança deve passar pela flexibilização da exigibilidade. "A exigibilidade foi fundamental anos atrás, quando os bancos não tinham apetite para fazer financiamento imobiliário por conta das altas taxas de juro. Hoje, esse direcionamento já não se faz mais tão necessário", diz.

Parte do mercado viu na informação de que o governo estuda mudanças na fórmula da poupança um importante sinal para a queda dos juros. Segundo análise da japonesa Nomura Securities, a informação mostra que de fato o objetivo do governo é reduzir a Selic e que o terreno está sendo preparado para um nível muito menor da taxa de juros.

Segundo o banco, esse é um desenvolvimento importante e confirma a visão da instituição financeira japonesa de que a intenção do governo é ir um pouco além do que seria apenas um ajuste tradicional de política monetária. "Na nossa visão, esse é um sinal muito importante de que o governo está comprometido em levar a Selic para o patamar de um dígito."

## Pacto de permanência no direito do trabalho

26/10/2011- Valor Econômico

A prática das empresas de ajudarem seus empregados, a fim de obterem uma melhor qualificação profissional é cada vez mais comum nos dias atuais.

Todavia, a legislação trabalhista brasileira não acompanhou tal evolução e esse mecanismo de patrocínio de cursos e aperfeiçoamento de empregados não está regulamentado pelas leis brasileiras. Esse atraso na legislação, em relação a outros países, pode acarretar diversos problemas nas relações de emprego, uma vez que as empresas podem deixar de qualificar seus funcionários, imaginando que perderão o investimento.

Há algumas alternativas para que esse problema seja resolvido sem que sejam violados a Constituição Federal, o direito à liberdade e o princípio da livre iniciativa destes funcionários, os quais recebem tais benefícios.

Entre essas alternativas estão as cláusulas especiais do contrato de trabalho, por exemplo, a cláusula de permanência, a qual a empresa que concede a seu empregado o custeio de especializações ou cursos de aperfeiçoamento técnico para melhor qualificar a mão de obra, pode exigir, em contrapartida, que este funcionário permaneça trabalhando durante um período que faça jus ao investimento feito.

Essa limitação destina-se a garantir que o contrato dure o tempo suficiente para que as despesas efetuadas pelas empresas fiquem compensadas. Vale lembrar que tais despesas terão de ser extraordinárias, ou seja, um benefício, para que não caiam no âmbito das despesas obrigatórias e comuns a todos funcionários.

### ***A limitação destina-se a garantir que as despesas da empresas fiquem compensadas***

As empresas têm grande interesse em investir nos seus empregados em vez de contratar terceiros que não integram seu quadro funcional, em virtude de já existir um vínculo empregatício. Assim, no caso de o trabalhador romper o contrato no âmbito do limite temporal a que se obrigou, terá que pagar o montante correspondente às despesas suportadas. Esse montante é proporcional ao tempo que faltava para findar o respectivo contrato de trabalho.

Entretanto, utilizando-se do direito comparado, na Espanha, o empregado que tenha se beneficiado de especialização profissional custeada pelo empregador, não poderá pedir demissão pelo prazo máximo de dois anos, indenizando a empresa se não

respeitar esse pacto. Existem alguns casos concretos que ultrapassam, inclusive, o foco do pedido de demissão e admitem que a indenização seja devida até mesmo nos casos de dispensa por justa causa. O que é justo.

Por outro lado, por óbvio, na ocorrência dos casos que a empresa dispensa o empregado ou ocorre uma rescisão indireta, a respectiva multa compensatória não é devida.

Há juristas que entendem possível a aplicação dessa norma pelo intérprete brasileiro, ante a omissão do ordenamento trabalhista brasileiro, prevista no art. 8º da CLT. Igual solução há de ser dada em relação ao valor do reembolso correspondente ao aperfeiçoamento conferido ao empregado. Tanto na Espanha, quanto no Brasil, o ressarcimento deve guardar proporcionalidade com os seus ganhos habituais.

Para que a cláusula de permanência seja válida, alguns doutrinadores dizem que o simples ajuste verbal parece suficiente, ante ao princípio da liberdade de forma consagrado pela CLT.

Ocorre que se trata de uma cláusula excepcional, pois restringe o direito potestativo do funcionário de se desligar da empresa. Portanto, é recomendável que, para maior garantia das empresas, a forma acordada seja por escrito.

Essa falta de previsão da cláusula de permanência é um problema para as empresas, tendo em vista a falta de segurança em realizar investimentos no quadro operacional. Muitas vezes o funcionário, após ser preparado por determinada empresa, é assediado pelos concorrentes, fazendo-o desvincular-se de quem patrocinou a especialização. Tal fato fere não só o direito da empresa, mas o direito econômico como um todo, pois se faz desse investimento algo pessoal e não em prol da coletividade e das corporações, pois para estas é importante um maior investimento na mão de obra, aumentando o desenvolvimento de vários setores que carecem de trabalhadores experientes e capazes de exercer suas atividades com eficácia.

Para a segurança da empresa, esta deve sempre estar atenta para informar ao funcionário, de forma clara e objetiva, a peculiaridade do pacto laboral que está sendo firmado, bem como discriminar a totalidade dos gastos com a especialização. Isso porque, caso o empregado desvincula-se do trabalho, o empregador poderá cobrar não só a multa prevista, mas todos os gastos despendidos.

Existem empresas aplicando a cláusula de permanência nos contratos de trabalho, quando o investimento se faz necessário. A segurança jurídica que elas estão encontrando é baseada em decisões como, por exemplo, a exarada pelo TST que diz que "é harmônica com a legislação vigente e com os princípios de direito do trabalho - da realidade e da boa-fé a cláusula consubstanciando a obrigação de o empregado permanecer na empresa, por período limitado de tempo, após a feitura de curso custeado por esta, ou de reembolsá-la das despesas realizadas".

Portanto, conclui-se que não há qualquer ilegalidade na concessão de empréstimo para financiar a especialização ou estudos do empregado, muito menos condicionar a anistia à permanência do empregado na empresa, por determinado tempo, fato este que não torna a cláusula de permanência abusiva.

Por fim, a cláusula não é só um mecanismo de proteção da empresa em relação ao empregado é muito mais que isso, com isso se pode perceber que o pacto de permanência é um mecanismo que protege também o direito econômico, pois

assegura às empresas a melhor qualificação de seus funcionários e um investimento assíduo na própria mão de obra.

## Produção industrial cai e estoques aumentam

26/10/2011- Agência CNI

**Brasília** – A deterioração do cenário externo, com a crise econômica internacional, e a competição dos produtos importados contribuíram para a produção industrial cair 6,3 pontos em setembro sobre agosto, registrando 48,6 pontos. As informações são da Sondagem Industrial de setembro, divulgada pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) nesta terça-feira, 25 de outubro. Os indicadores variam de zero a cem. Valores acima de 50 mostram evolução positiva, estoques acima do planejado ou utilização da capacidade instalada (UCI) acima do usual.

Segundo a pesquisa, a UCI, que ficou em 45 pontos, está abaixo do usual pelo décimo mês consecutivo. Mesmo com o recuo da atividade no mês passado, a indústria acumulou estoques, cujo indicador marcou 52,9 pontos. “Até agosto, a indústria estava perdendo o ritmo de crescimento. Setembro dá início a um período de queda na produção que deve se estender”, diagnosticou o gerente-executivo da Unidade de Pesquisa da CNI, Renato da Fonseca.

A indústria operou em média com uma UCI de 76% no mês passado. Esse resultado aponta moderação da atividade industrial, uma vez que em setembro normalmente há crescimento da produção. “Não fosse pela sazonalidade favorável do fim do ano, quando há aumento das vendas, provavelmente a indústria estaria vivenciando uma queda mais significativa na produção”, destaca a Sondagem.

O economista da CNI Marcelo Azevedo, que apresentou os resultados, afirmou que a UCI em baixa afeta os investimentos no parque industrial. “No futuro, a queda nos investimentos pode afetar a capacidade de produção”, alertou.

Após cinco meses de crescimento mais intenso, o nível de estoques, cujo indicador registrou 50,9 pontos, cresceu pouco em setembro, mas continua elevado. “Isto é uma notícia muito ruim, porque é caro para as empresas manter estes estoques. O acúmulo de mercadorias pode reduzir ainda mais a produção nos próximos meses”, avaliou Azevedo.

A Sondagem Industrial, que ouviu 1.737 empresas entre 3 e 18 de outubro, das quais 951 são pequenas, 542 médias e 244 grandes, apontou estabilidade no emprego em setembro. O indicador de 50,3 pontos no mês passado mostra, contudo, de acordo com o levantamento, que a indústria não pretende aumentar a oferta de vagas.

**INSATISFAÇÃO** – O acúmulo dos estoques, mais acentuado nas grandes empresas, fez com que a insatisfação dos empresários dessas empresas com o lucro aumentasse e a satisfação com a situação financeira se reduzisse. “A atividade industrial das grandes empresas deverá permanecer baixa nos próximos meses, a fim de baixar os estoques”, prevê o levantamento.

Para todos os portes de empresas, os indicadores de margem de lucro e de acesso ao crédito caem pelo quarto trimestre consecutivo. Em relação ao lucro, que marcou 45,9 pontos no terceiro trimestre, os empresários demonstram insatisfação. O mesmo ocorre no acesso ao crédito, cujo indicador marcou 44,7 pontos no terceiro trimestre.

Mesmo com melhora sobre o segundo trimestre, que teve 43,8 pontos, o indicador ainda sinaliza dificuldade no acesso a recursos para investimento.

Os empresários apontaram a alta carga tributária e a competição acirrada no mercado com os produtos importados como os principais entraves para as empresas de todos os portes no terceiro trimestre. A pesquisa chama a atenção para o problema de falta de demanda, que continua muito acima do registrado pelos empresários no terceiro trimestre de 2010.

**OTIMISMO MENOR** - A piora nos indicadores de produção industrial se reflete na queda do otimismo dos empresários sobre o futuro. O indicador de demanda para os próximos seis meses recuou de 58,7 pontos em setembro para 56,1 pontos em outubro, o menor valor do ano. Em relação às contratações para os próximos seis meses, as perspectivas são de estabilidade, ao registrar 50,1 pontos neste mês, ante 52,5 pontos em setembro.

As expectativas para compras de matérias-primas recuaram de 54,8 pontos no mês passado para 52,5 pontos em outubro, o menor valor desde abril de 2009. Somente o indicador de perspectivas para exportações para os próximos seis meses melhorou, subindo de um pessimismo de 49,4 pontos em setembro, para uma expectativa positiva de 51,5 pontos em outubro.

Entre os 26 setores da indústria de transformação pesquisados, o segmento automotivo teve forte queda em setembro, após um agosto de elevado crescimento. O indicador de evolução da produção passou de 56,1 pontos para 39,5 pontos de um mês para o outro. Diz a Sondagem que esta inversão ocorreu pelo elevado nível de estoques indesejados, cujo indicador atingiu 57,3 pontos no mês passado. A UCI do setor ficou em 40,5 pontos, muito abaixo da linha dos 50 pontos.

## Shacman, o curioso caminhão chinês brasileiro

26/10/2011- Newsletter Automotive Business

“É um produto brasileiro feito na China.” Por meio dessa contradição em termos João Comelli, diretor de produto e sócio da Metro-Shacman, define os caminhões produzidos pela Shaanxi na China e que, segundo ele explica, foram “totalmente projetados por engenheiros brasileiros para as condições brasileiras”. Comelli conta que o desenvolvimento, “por questões burocráticas”, foi feito em Angola, onde a Metro-Shacman atua com 23 empresas, principalmente no setor de construção civil.

Assim os caminhões Shacman que começam a ser vendidos no Brasil em janeiro de 2012 foram desenvolvidos por brasileiros, com testes em Angola e produção na China. É com essa combinação bastante curiosa, e inédita, que a Metro-Shacman pretende vender cerca de 1 mil unidades no próximo ano, todas importadas da China, enquanto caminha em paralelo o projeto de construir uma fábrica no Brasil em associação com a Shaanxi.

Os planos da nova fábrica deveriam ter sido anunciados na terça-feira, 25, durante a Fenatran (de 24 a 28 de outubro no Anhembi, em São Paulo). Contudo, os representantes da empresa disseram que vão esperar por uma definição do governo quanto à política industrial para o setor. “Faz muita diferença no volume de investimento necessário começar com 20% ou 65% de índice de nacionalização. Por isso vamos aguardar essa definição, já que o governo acena com uma regra de transição, com índices menores de nacionalização para quem ainda vai instalar uma

fábrica aqui”, explicou Rodrigo Teixeira, diretor executivo da Caminhões Metro-Shacman do Brasil. “Mas a decisão de fazer a fábrica já está tomada”, garante, sem revelar também a localização. Estados do Nordeste são grandes candidatos. “Existem incentivos e linhas de crédito muito interessantes lá”, avalia Teixeira.

## **Desenvolvimento e operação no Brasil**

Segundo Comelli, o desenvolvimento da família de caminhões Shacman já consumiu US\$ 20 milhões e outros R\$ 4 milhões já foram investidos para estruturar a operação no Brasil, que começa com sete concessionárias (Recife, Fortaleza, Natal, São Paulo, Boituva, Cuiabá e Rondonópolis) e dois centros de distribuição de peças, um em Recife (PE) e em Boituva, interior de São Paulo.

“Não teremos dificuldades de nacionalizar esse caminhão, pois os principais fornecedores estão no Brasil também”, diz Comelli, citando a motorização Cummins, eixos com tecnologia MAN, radiadores da Behr, sistemas pneumáticos da Wabco, quinta-roda da Jost e transmissão Eaton. “Perto de 75% dos componentes podem ser encontrados no mercado brasileiro”, afirma.

Segundo Teixeira, a operação comercial é 100% brasileira, mas o desenvolvimento da fábrica terá investimentos também da Shaanxi, em porcentual que ainda depende de negociações e de incentivos governamentais.

Mesmo sob o impacto do aumento do IPI e da falta de definição sobre a fábrica, os caminhões Shacman começam a ser vendidos em janeiro em cinco opções. Serão três cavalos mecânicos: 4x2 e 6x4 de 385 cavalos e outro 6x4 de 420 cavalos. Também há duas versões de chassi: o LT 6x4 de 385 cavalos e o DT com a mesma potência, mas já vendido implementado, com caçamba.

Comelli admite que o desenvolvimento em Angola não contemplou a tecnologia de emissões Euro 5, que passa a ser exigida no Brasil a partir de janeiro próximo. Isso porque no país africano não há nem cheiro de diesel S50, com baixo teor de enxofre, necessário para reduzir as emissões. “Lá em Angola o diesel deve ser S5000”, diz. “Mas a homologação para Euro 5 no Brasil já foram feitos pela Cummins, que fornece os motores.”

Apesar de todo o desenvolvimento pouco convencional, Comelli garante que os transportadores brasileiros vão gostar dos Shacman: “Eu já tenho 500 caminhões desses lá em Angola e eles operam muito bem.”

## **Sinotruk define futura fábrica no Brasil**

26/10/2011- Newsletter Automotive Business

A Sinotruk se reúne com o governo federal na primeira quinzena de novembro para definir sua fábrica no Brasil. O fato foi revelado na tarde desta terça-feira, 25, no Salão Internacional do Transporte (Fenatran, até 28 de outubro no Anhembi).

Certamente, será mais que um dedo de prosa, pois um terreno de 275 mil metros quadrados já foi adquirido em Curitiba. Os entendimentos com o Paraná estariam avançados, mas mesmo assim a empresa diz não ter batido o martelo por esse local nem definiu o volume de dinheiro a ser gasto.

“Falar em investimento é simplório demais nesse momento”, afirma o diretor-geral da Sinotruk no Brasil, Joel Anderson (foto). Perguntado sobre o teor desse diálogo com o governo, e se seria para pedir a bênção de um regime tributário diferenciado, o executivo sentiu-se acuado e choramingou: “Me desculpe. Não posso adiantar o assunto nesse momento, falaremos assim que possível.”

Anderson se enrolou ao dizer que montaria os caminhões no Brasil em regime CKD e mesmo assim atenderia os 65% de nacionalização (exigidos pelo governo para escapar da alíquota de 30% de Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI). Sobre os preços a ser praticados pelos caminhões a partir de dezembro deste ano, ele disse: “Ficarão de 12% a 13% mais altos.”

Em 2012 a empresa começa a certificação da rede, que tem atualmente 30 revendas. Em abril começam as vendas da linha A7, nas configurações 4x2, 6x2 e 6x4, com motores entre 340 cv e 460 cv, todos dotados de tecnologia SCR para atender ao Proconve P7. Os caminhões são equipados com freios a disco e sistema antitravamento (ABS).

A empresa já vende aqui os caminhões Howo. De abril de 2010 até setembro deste ano foram comercializadas cerca de 900 unidades. Até o fim de 2012 a empresa quer ver circulando pelo Brasil 2.200 unidades da marca Sinotruk. Em um mês ela se tornará associada à Abeiva, entidade que reúne importadores sem fábrica no Brasil.

Segundo a Sinotruk, a companhia emprega 23 mil funcionários na China, dos quais 3.500 são engenheiros. Em 2010, produziu 219 mil caminhões e atingiu US\$ 13,5 bilhões em transações comerciais.

## Chery negocia nacionalização com governo

26/10/2011- Newsletter Automotive Business

“O Brasil é um mercado importante para nosso crescimento internacional e o aumento do IPI e exigências de nacionalização de componentes em nada mudam o plano de produção no País”, garantiu Zhou Biren (foto), presidente de operações internacionais da chinesa Chery, em uma videoconferência com jornalistas na terça-feira, 25, convocada para confirmar que a montadora continua firme em sua decisão de produzir carros na fábrica que começa a ser erguida em Jacareí (SP), onde está previsto investimento de US\$ 400 milhões. Biren reconheceu, no entanto, que o índice de 65% de conteúdo nacional “é muito alto para uma fábrica que está começando suas atividades” e confirmou que a Chery negocia com o governo um prazo maior para atingir esse percentual.

É para isso que Luis Curi, CEO da Chery Brasil, tem audiência marcada em Brasília (DF) nesta quarta-feira, 26, com Fernando Pimentel, ministro do Desenvolvimento, para quem pretende propor um período mais elástico para atingir a nacionalização requerida. Para Curi, “um prazo razoável seria de quatro a cinco anos” para chegar aos 65% exigidos pelo Decreto 7567, editado pelo governo em setembro passado. Na cerimônia de assentamento da pedra fundamental da fábrica de Jacareí, em 19 de julho, Curi havia dito que o índice inicial da unidade seria de 30% a 40%.

“Nossa nacionalização será de acordo com o que a legislação brasileira exigir”, disse Biren, mostrando-se até um pouco mais otimista do que Curi na questão. “Claro que gostaríamos de um prazo maior, mas estamos trabalhando para fazer o que for necessário para colocar a fábrica para funcionar o quanto antes. Já estamos

conversando com fornecedores. Talvez possamos até ultrapassar os 65%, não só porque a lei exige, mas também para reduzir nossos custos, pois custa caro trazer componentes pesados da China”, afirmou o executivo chinês – que conhece bem esse processo, pois na China o governo exige nacionalização inicial das montadoras de 90%.

### **Adaptação “darwiniana”**

Segundo Biren, a intenção é comprar no Brasil principalmente os componentes mais pesados e volumosos, como vidros, bancos, chapas, baterias, pneus, rodas e tapetes. Motores e câmbio, no entanto, ficariam “para a segunda etapa do projeto”. Ele não quis revelar ainda com quais fornecedores está conversando, mas disse que a Chery trabalha com os principais sistemistas mundiais, que também atuam no Brasil. Além desses, negocia com fabricantes chineses de autopeças, que poderiam se instalar ao lado da fábrica brasileira. “Gostaria de lembrar que não estamos só fazendo uma fábrica, mas um parque industrial com fornecedores e um centro de desenvolvimento.”

Biren recorreu a uma analogia típica dos chineses para definir como espera que a Chery seja tratada pelo governo brasileiro: “Os governos devem olhar suas fábricas como filhos. A Chery no Brasil ainda é como um bebê recém-nascido que precisa de cuidados. As outras fábricas já instaladas no País são como adolescentes e adultos, que já não precisam de tantos cuidados.” Mas garantiu que, independentemente das negociações, a Chery pretende se adaptar às condições brasileiras, lançando mão de outra analogia: “Como disse Chales Darwin, só sobrevivem aqueles que se adaptam, e nós vamos nos adaptar.”

### **Aceleração do plano**

O presidente de operações internacionais da Chery diz que todos os dias “enche o saco” do chefe operacional da empresa para inaugurar o quanto antes a fábrica no Brasil. “Espero inaugurar antes do prazo inicial que informamos, que era setembro de 2013”, disse.

Curi, no entanto, já acha setembro de 2013 “um prazo bastante apertado, se conseguirmos adiantar isso será apenas alguns meses”. Segundo o executivo, o projeto da fábrica já foi alterado para acelerar o processo, e por isso a licença de construção deve sair dentro de 30 dias. A unidade, prevista para ter capacidade inicial de 150 mil unidades/ano, deverá atender outros mercados sul-americanos, na proporção de 30% da produção.

### **Entrada pelo Uruguai**

Curi revelou que estuda formas de aumentar a produção da unidade de montagem da Chery no Uruguai, onde já são montados em CKD dois modelos da marca: o Face e o Tiggo. Essa seria uma forma de escapar do aumento de 30 pontos percentuais para carros importados de fora do Mercosul e México. “Já trazemos o Tiggo e agora estudamos trazer o Face de lá também, mas temos algumas limitações para aumentar muito a produção no Uruguai”, diz, avaliando que o volume de importações do país vizinho deverá girar de 400 a 500 unidades/mês.

A Chery ainda não aumentou os preços de seus veículos, que permanecerão inalterados até dezembro, quando a nova alíquota de IPI começa a ser aplicada. “Depois disso teremos de reajustar, mas não repassaremos todo o aumento de custo, que seria de 26% a 27%”, disse Curi. “Acho que o reajuste médio não chegará nem a

10%, pois precisamos manter nossa boa relação custo/benefício para continuar crescendo no País.”

## Anfir quer diferenciar fabricantes nacionais

26/10/2011- Newsletter Automotive Business

A Anfir, Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários, lançou durante a Fenatran 2011 o Selo Anfir, que certifica suas associadas que cumprem todos os critérios legais relacionados a regulamentação tributária e leis trabalhistas. De acordo com o presidente da entidade, Rafael Wolf Campos, o objetivo do selo é ampliar a confiança do mercado na indústria.

“O selo Anfir é um instrumento a mais para o mercado conhecer as empresas do setor e consolidar nossa transparência perante clientes e fornecedores.”

O processo de certificação parte de um questionário que abrange itens relacionados ao âmbito jurídico fiscal da empresa, previstos e exigidos pela legislação brasileira. Os dados são analisados por uma auditoria independente. Segundo Campos, o processo de certificação já começou e algumas empresas já obtiveram o selo Anfir, como é o caso de Boreal, Facchini, Fibrasil, Guerra, Librelato, MM, Pastre, Planalto, Randon, Rodolinea, Rodofort, Truckvan e Universal Kit. A entidade estima que ao fim do primeiro ano, metade de seus associados tenham o selo certificador. Hoje a associação conta com 150 empresas, o que, segundo o executivo, representa 98% do mercado nacional.

“A certificação favorece a distinção das nossas empresas com relação a outras que atuam ou querem atuar no país: a vantagem é que ela pode vir a ser um diferencial para obter, por exemplo, algum incentivo junto ao governo, como redução de taxas ou linhas especiais de financiamentos. Gostaria muito de ter este reconhecimento.”

Campos também conta que em dois anos, a entidade projeta iniciar um segundo processo de certificação relacionado à sustentabilidade e meio ambiente. Para esta nova fase, espera que 70% das empresas terão o selo seis meses após seu início. Nesta primeira fase de certificação, a Anfir já realiza pesquisa sobre as práticas de sustentabilidade das empresas associadas. Os dados, segundo a entidade, tem caráter informativo e ajudará a traçar o perfil da indústria nessa questão.

## Rodolinea terá fábrica de implementos pesados

26/10/2011- Newsletter Automotive Business

A fabricante de implementos Rodolinea produzirá carretas para transporte de equipamentos pesados até 150 toneladas. O anúncio foi feito nesta terça-feira, 25, no Salão internacional do Transporte (Fenatran, até 28 de outubro no Anhembi).

Embora o local da nova indústria não tenha sido divulgado, já se sabe que ela estará ao lado da segunda fábrica de implementos da empresa (a atual fica em Curitiba). Há dois locais cotados no Paraná e um terceiro fora desse Estado. Para produzir os equipamentos pesados, a Rodolinea formou uma joint venture com a belga Faymonville, que faz equipamentos para transportar até mil toneladas.

“Com a fábrica no Brasil, teremos a facilidade de importar esses equipamentos maiores, já que as linhas de eixos serão fabricadas no Brasil”, afirma Rudimar Pagliarin, gerente de vendas da empresa. Os implementos para pesados a ser feitos

aqui utilizarão um conceito modular, que permite o aumento da quantidade de eixos e, conseqüentemente, o peso a ser transportado.

Nesta Fenatran, a Rodolinea comunicou parcerias com duas outras companhias estrangeiras. Uma delas é com a Febi, empresa alemã especializada em peças de reposição para automóveis e caminhões. A outra associação foi com a italiana Menci, com tradição em implementos de alumínio.

Entre seus lançamentos, a Rodolinea apresenta na feira uma carreta capaz de levar uma colheitadeira e sua carretilha desmontada, o que elimina a necessidade de um segundo veículo de transporte.

## **Parcelamento - Receita e PGFN descartam reabertura de prazo para renegociar dívidas**

26/10/2011- Notas COAD

Os contribuintes que perderam o prazo para renegociar as dívidas com a União não serão reincluídos no Refis da Crise. A Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) descartaram a reabertura de datas para a readmissão de devedores excluídos do parcelamento especial.

Segundo comunicado emitido pelos dois órgãos, nas próximas semanas o governo apenas fará um ajuste nas dívidas que entraram no parcelamento. Nessa etapa, chamada de reconsolidação, a Receita e a PGFN incluirão na renegociação débitos indicados pelos contribuintes que, por algum motivo, não entraram no parcelamento. Além disso, dívidas que não poderiam ter entrado na renegociação serão retiradas.

A adesão ao Refis da Crise ocorreu de agosto a novembro de 2009. No entanto, somente entre abril e agosto deste ano, os devedores participaram da consolidação, fase em que o contribuinte indica as dívidas a serem parceladas e define o prazo de pagamento. Quem não cumpriu o prazo foi automaticamente excluído do programa.

De acordo com a Receita Federal, cerca de dois terços das pessoas físicas e jurídicas que haviam ingressado no Refis da Crise perderam o direito ao parcelamento porque não cumpriram alguma etapa do programa. Dos 577,9 mil contribuintes que aderiram à renegociação em 2009, apenas 212,4 mil (36,75%) continuam a pagar as prestações. Apesar disso, a Receita arrecadou cerca de R\$ 16 bilhões de janeiro a setembro com o parcelamento especial.

Fonte: Agência Brasil

## **Município de Curitiba - Últimos dias para parcelar impostos atrasados**

26/10/2011- Notas COAD

Esta é a última semana para quem tem dívidas com a Prefeitura de Curitiba fazer o parcelamento pelo Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba (Refic). O prazo termina na segunda-feira, dia 31/10.

O contribuinte que ainda não fez a inscrição no Refic precisa se apressar. Na sexta-feira, dia 28/10, não haverá expediente na Prefeitura, em razão do feriado do Dia do Servidor Público.

O valor total parcelado, do dia 1º de julho até a tarde de segunda-feira (24/10), foi de R\$ 103,1 milhões. Deste total, R\$ 50,6 milhões são de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e R\$ 52,5 de ISS - Imposto sobre Serviços. Até agora 9.341 contribuintes parcelaram as dívidas com a Prefeitura pelo Refic.

O Refic visa a regularização de débitos de pessoas físicas e jurídicas, inscritas ou não em dívida ativa, com o IPTU, ISS e outros tributos com o município devidos até 30 de junho de 2011. Os contribuintes podem parcelar a dívida em até 120 meses.

Cadastro - O cadastro para o parcelamento das dívidas pelo Refic pode ser feito pela internet, pelo site <http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/parcelamento-refic-2011/1127>, pelos núcleos da Secretaria Municipal de Finanças nas Ruas da Cidadania e no prédio central da Prefeitura.

O programa prevê juros menores para dívidas de curto prazo e também permite pagamento por débito automático do parcelamento. Para quem optar pelo débito automático, em parcelas de 24 vezes ou mais, e fazer todos os pagamentos corretamente, a última parcela será quitada pela Prefeitura. O valor da parcela para quem vai utilizar o Refic deve ser de pelo menos R\$ 100 quando for dívida do ISS e de R\$ 50 para os demais tributos.

Regras - A opção pelo Refic implica na confissão dos débitos fiscais, em expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, além de aceitação de todas as condições estabelecidas.

O contribuinte que aderir ao Refic deve manter o pagamento em dia. Em caso de atraso de mais de 30 dias, o parcelamento será revogado e o valor volta a ser corrigido normalmente.

Dívida Ativa - O Refic também poderá ser aplicado no caso de contribuintes que estejam em dívida ativa por falta de pagamento do ISS - Imposto sobre Serviços e de outros tributos em atraso. Não se enquadram no Refic as empresas que ingressaram no Sistema Simples federal.

Quem estiver em cobrança judicial também poderá participar, mas deverá comparecer à Procuradoria do Município (Rua Álvaro Ramos, 150 - térreo - Centro Cívico) para pagar as despesas processuais.

Para saber se está inscrito em dívida ativa, o contribuinte deve verificar a mensagem existente no carnê de IPTU de 2011. Quando há débitos de anos anteriores, na mesma folha onde estão as opções de pagamento, o contribuinte encontra a Posição de Débito em Dívida Ativa, onde aparecem os anos onde constam débitos anteriores. No caso de outros tributos, o contribuinte também pode verificar se está em dívida ativa no prédio central da Prefeitura ou no site do município.

Tabela de parcelamento:

Em até 12 parcelas fixas, sem juros

Em até 24 parcelas com juros de 0,4% ao mês ou fração

Em até 36 parcelas com juros de 0,8% ao mês ou fração

Em até 60 parcelas com juros de 1% ao mês ou fração

Em até 120 parcelas com juros de 1,20% ao mês ou fração.

Fonte: Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba

## **Simples Nacional - Opção pelo Simples Nacional em 2012 poderá ser agendada a partir 1º de Novembro**

26/10/2011- Notas COAD

Para antecipar a verificação de pendências impeditivas e facilitar o ingresso, o contribuinte pode agendar a opção pelo Simples Nacional. O serviço de agendamento ficará disponível, em aplicativo específico no Portal do Simples Nacional entre o primeiro dia útil de novembro e o penúltimo dia útil de dezembro do ano anterior ao da opção.

O agendamento será rejeitado quando forem identificadas pendências impeditivas ao ingresso no Simples Nacional, podendo, neste caso, a empresa:

- a) solicitar novo agendamento até o penúltimo dia útil de dezembro do ano anterior ao da opção, após a regularização das pendências; ou
- b) realizar a opção até o último dia útil de janeiro do respectivo ano-calendário.

## **Direito do Trabalho - Anúncios discriminatórios: Justiça do Trabalho é incompetente em ação**

26/10/2011- Notas COAD

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou a Justiça do Trabalho incompetente para coibir os jornais de grande circulação no país a publicar anúncios de emprego e estágio com teor discriminatório, com expressões como "boa aparência", "boa apresentação". A questão decorreu de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra o jornal O Estado de S. Paulo.

Inicialmente, o MPT conseguiu medida antecipatória determinando que o jornal se abstivesse de publicar os anúncios. No mérito, porém, o juízo de primeiro grau considerou a Justiça do Trabalho incompetente para julgar a ação. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) reformou a sentença, com o entendimento de que a matéria era de natureza trabalhista e envolvia a dignidade do trabalhador que se inicia no mercado de trabalho. Segundo o TRT, cabia ao Ministério Público denunciar o caso, e a Justiça do Trabalho dar-lhe a melhor solução.

O jornal discordou da decisão e recorreu à instância superior, sustentando que a ação não dizia respeito a qualquer relação de trabalho, mas a uma relação civil entre a empresa e seus anunciantes, "decorrente do contrato de aluguel de espaço para veiculação de mensagens". Ressaltou que não havia relação de emprego entre ela e seus anunciantes ou entre ela e os candidatos às vagas de emprego ou estágio.

Ao examinar o recurso na Quinta Turma, o relator, ministro João Batista Brito Pereira, defendeu que o caso não competia mesmo à Justiça do Trabalho, pois não se originava de relação de trabalho, "uma vez que não há lide entre empregado e empregador", nem de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, porque não há relação de trabalho entre o anunciante e o jornal. Seu voto fundamentou-se no artigo 114 da Constituição da República, que dispõe a respeito da competência da Justiça do Trabalho.

O relator manifestou ainda que a discriminação encontrada nos anúncios de ofertas de emprego ou estágio não é novidade e, "de fato, desafia a atuação pronta e efetiva do Ministério Público". Explicou, no entanto, que se trata de questão que precede a

formação da relação de emprego, anterior até mesmo à eventual identificação do candidato ao emprego, e não decorre de nenhuma relação de trabalho. Ao final, concluiu que a decisão regional violou o artigo 114 da Constituição e restabeleceu a sentença de primeiro grau.

A decisão foi por maioria, ficando vencida a ministra Kátia Magalhães Arruda.

Processo: RR-96000-63.2008.5.02.0014

FONTE: TST

## **Tribunal - Desvirtuamento de estágio resulta em vínculo empregatício**

26/10/2011- Notas COAD

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho não acolheu recurso da Fundação Ceciliano Abel de Almeida - FCAA, do Espírito Santo, que pretendia desobrigar-se dos benefícios assegurados em norma coletiva, reclamados por um professor contratado para ministrar aulas para o projeto "Universidade para Todos". A condenação considerou que houve desvirtuamento do contrato de estágio firmado entre a fundação e o empregado.

Admitido em março de 2005, o trabalhador ajuizou reclamação trabalhista contra a fundação pleiteando a declaração de vínculo empregatício, pagamento de verbas rescisórias e benefícios previstos em norma coletiva. Em contestação, a FCAA afirmou que, por meio do estágio, proporcionava aplicação prática ao aluno e, assim, cumpria o objetivo de emprestar apoio ao Projeto Universidade para Todos - PUPT. A instituição declarou ainda que foi firmado termo de compromisso de estágio, e que o autor da ação estava matriculado em curso correspondente às suas atividades e com frequência devidamente cumprida.

Na instância inicial, o contrato de estágio foi considerado nulo, com o conseqüente reconhecimento da existência de relação de emprego. Segundo entendimento daquele juízo, ficou comprovado que o empregado realmente participou de atividades diretamente ligadas ao curso em que estava matriculado, mas a relação mantida com a empresa não foi apenas de estágio. E mesmo tendo a Fundação informado que o autor era estagiário e atuava como monitor, a condição de professor foi confirmada por testemunhas, segundo consignado nos autos.

Para o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, relator do processo na Sexta Turma, não houve, na decisão, contrariedade à Súmula nº 374 do TST, conforme pretendeu demonstrar a FCAA ao se declarar desobrigada de honrar benefícios contemplados em norma coletiva de cuja celebração não participou, embora o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª região (ES), quando da análise do recurso ordinário da empregadora, tenha consignado que o autor da reclamação, como professor, pertencera à categoria profissional diferenciada. Aloysio Corrêa salientou que não há como se extrair do acórdão regional qual é a atividade preponderante da empresa, ou a qual sindicato estaria filiada, sendo certo apenas que a sua finalidade, como fundação de apoio à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), está diretamente relacionada a projetos de ensino, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

Seguindo, pois, o entendimento do relator, a Sexta Turma, unanimemente, não conheceu do recurso de revista da FCAA.

## **Tribunal - Turma garante a empresa produção de prova oral sobre uso de EPI**

26/10/2011- Notas COAD

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho garantiu à empresa UTC Engenharia o direito de produzir prova oral num processo em que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem, Estradas, Pontes, Pavimentação e Terraplanagem (Sintraconst) requereu o pagamento de adicional de insalubridade para os associados que exercem a função de soldadores. A decisão foi por maioria, com base no voto do ministro João Batista Brito Pereira.

O relator destacou que, desde a Vara do Trabalho de origem, a empresa tenta comprovar o fornecimento de equipamentos de proteção individual aos soldadores, porém o pedido foi negado tanto na primeira instância quanto no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES). O laudo produzido pelo perito concluiu que os empregados que exerciam a função de soldador estavam expostos a radiações não ionizantes e, por consequência, tinham direito ao adicional de insalubridade.

No entanto, a empresa alega que fornecia o equipamento de proteção individual necessário para neutralizar o agente insalubre (na hipótese, um capuz), apesar de não ter a comprovação do recibo de entrega aos empregados em todo o período analisado por erro de anotação. Em reforço a esse argumento, a UTC Engenharia observou que o próprio perito mencionara no laudo a existência de pessoas entrevistadas que informaram que sempre utilizaram o equipamento.

Mesmo assim o Regional entendeu que era possível a solução do caso sem o depoimento de novas testemunhas, uma vez que o julgador tem o dever de conduzir o processo com rapidez, evitando atos desnecessários. Além do mais, na opinião do TRT, novos depoimentos não alterariam a constatação do perito de que o fornecimento de equipamentos àquelas pessoas ouvidas não comprovava o fornecimento aos substituídos pelo sindicato.

No recurso de revista que apresentou ao TST, a empresa insistiu na tese de que sofreu cerceamento de defesa com o indeferimento das testemunhas. E segundo o relator, ministro Brito Pereira, a parte tinha razão, pois o pagamento do adicional de insalubridade por radiação não ionizante está ligado ao fornecimento e uso do equipamento/capuz necessário para neutralizar o agente insalubre.

De acordo com o relator, na medida em que o perito atestou que pessoas entrevistadas durante os trabalhos periciais informaram que sempre utilizaram o equipamento de proteção, era imprescindível a produção da prova justamente para esclarecer a afirmação do perito (que serviu de amparo aos julgamentos na Vara e no TRT) de que o fornecimento do capuz àquelas pessoas não comprovava o fornecimento aos substituídos do sindicato.

A ministra Kátia Magalhães Arruda divergiu do relator e votou pelo não conhecimento do recurso, mas ficou vencida. Com apoio do ministro Emmanoel Pereira, a Quinta Turma anulou os atos decisórios a partir da sentença e determinou o retorno do processo à Vara do Trabalho de origem a fim de que seja reaberta a instrução processual e a empresa possa produzir a prova oral desejada.

Processo: [RR-42900-56.2006.5.17.0012](#)

FONTE: TST

## **Direito do Trabalho - Trabalho infantil: presidente da AMB defende autorização judicial**

26/10/2011- Notas COAD

Ao contrário do entendimento do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Nelson Calandra, garante não haver qualquer inconstitucionalidade nas mais de 33 mil autorizações concedidas por juízes e promotores entre os anos 2005 e 2010 para que crianças a partir de 10 anos trabalhem.

Para Calandra, a Constituição Federal não só admite, como exige que os juízes sejam flexíveis ao interpretá-la. Isso, segundo ele, ajuda a explicar a concessão das autorizações, ainda que a Lei proíba o trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz a partir dos 14 anos. No caso de atividades insalubres ou perigosas, é vedada a contratação de menores de 18 anos.

“O texto constitucional contém vários valores que devem ser considerados, como a proteção à vida e à família. Quando um juiz conclui que é imprescindível autorizar um jovem a trabalhar porque ele (juiz) não dispõe de outra ferramenta legal para socorrer uma família de baixa renda, não há nada de inconstitucional nessas decisões”, disse Calandra.

Contrário à redução da idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, um tema em discussão no Congresso Nacional, o desembargador assegura que, na maioria dos casos, os juízes não encontram solução melhor para ajudar uma família pobre do que autorizar uma criança a trabalhar sob certas condições.

“Ninguém deseja o trabalho infantil, mas juízes e promotores trabalham com a realidade social e a realidade brasileira é que muitas famílias dependem do trabalho do menor, seja na execução das atividades familiares diárias, seja por meio da colaboração (financeira) que dá ao exercer uma atividade remunerada”, argumentou o desembargador.

“Se eu tivesse que decidir entre uma família perecer de fome (ou autorizar um menor de idade a trabalhar), não teria dúvidas. Inconstitucional é levar uma família inteira a perecer por falta de alimentação, por falta de assistência médica”.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) critica os juízes que concedem as autorizações para trabalho infantil, com o argumento de que são inconstitucionais e que os magistrados estão “oficializando a ilicitude, ao invés de combatê-la”.

Apesar de defender os juízes que concedem autorização de trabalho a crianças, Calandra disse que os argumentos do MPT são válidos, mas cabem exceções.

“Acho que o que qualificamos como trabalho infantil, abaixo dos 16 anos, tem, realmente, que ser proibido. Trabalhos penosos ou perigosos não podem ser exercidos por menores de idade e lugar de criança em idade escolar é na escola. Só que há situações em que autorizar essas crianças a trabalhar é uma necessidade. Essa é a realidade. E não se pode encará-la apenas com a visão das formalidades das relações

de trabalho. Achar que só porque uma Lei foi criada a vida vai caminhar conforme ela prevê é um equívoco”.

Perguntado se não caberia aos juízes obrigar o Estado a garantir as condições mínimas de subsistência a uma família pobre em de contrariar o artigo constitucional que proíbe o trabalho abaixo dos 16 anos, Calandra disse que o juiz até pode fazer isso, mas o cumprimento da sentença seria muito difícil. “Ia depender da existência de orçamento e de uma série de exigências legais. O problema é que a vida não para. As pessoas têm que comer todos os dias”.

Calandra chegou a garantir que, na maioria dos casos, as autorizações só são concedidas após o juiz analisar estudos socioeconômicos da família do menor e consultar outros setores, como os conselhos tutelares. Mas quando foi informado de que, segundo o chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho, Luiz Henrique Ramos Lopes, os juízes ignoram a realidade e que crianças a partir de dez anos já foram autorizadas a trabalhar em atividades insalubres e perigosas, como pavimentação de ruas, lixões e fábricas de fertilizantes, Calandra se mostrou indignado.

“Essas são, evidentemente, situações reprováveis e que, se autorizadas por um juiz, devem ser questionadas para que sejam revertidas. Se um juiz deferiu uma autorização infundada, cabe ao Ministério Público do Trabalho apresentar um recurso para que o Tribunal de Justiça examine quem está errado. O que não pode ocorrer é o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proibir os juízes de decidir”, disse o desembargador, referindo-se ao pedido do MPT e do MTE para que o CNJ publique uma resolução que oriente o trabalho dos magistrados.

“Isso seria uma violação do poder jurisdicional de cada juiz”.

Como muitas pessoas, Calandra menciona a própria experiência para justificar a opinião de que começar a trabalhar cedo não impede o pleno desenvolvimento de uma criança. Para ele, o trabalho ajudando a criança a se tornar responsável desde cedo.

“Colaborei com meus pais em atividades rurais desde antes dos 12 anos em tarefas que começavam antes das cinco da manhã e, à tarde, ia para o colégio. Não perdi nenhum pedaço”. Contudo, revela que, hoje, sua neta, de 13 anos, “plenamente desenvolvida física e intelectualmente”, não trabalha porque seus pais “estão bem posicionados” profissional e economicamente, proporcionando a ela que se dedique exclusivamente aos estudos.

FONTE: Agência Brasil

## **Direito Civil - Contrato bancário: STJ decide controvérsia sobre juros abusivos**

26/10/2011- Notas COAD

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) examina nesta quarta-feira (26) reclamação apresentada pelo Banco Bradesco contra decisão da Terceira Câmara Recursal de Mato Grosso, que teria fixado juros de forma distinta do permitido pela jurisprudência do Tribunal. Liminar do ministro Sidnei Beneti determinou a suspensão de todos os processos em trâmite nos juizados especiais cíveis do país em que se discute a aplicação da taxa média de mercado nos casos de constatação de abuso na cobrança de juros pactuados entre as partes.

A questão teve início em ação revisional de contrato, na qual o juiz arbitrou juros em 2% ao mês, com capitalização anual, determinando que a dívida fosse recalculada, e ainda fixou juros moratórios de 1% mensal sobre os valores pagos, com capitalização anual a partir da citação, além de correção monetária pelo INPC a partir do desembolso.

A taxa pactuada no contrato era de 8,13% ao mês. A Terceira Turma Recursal de Mato Grosso entendeu que, havendo abuso na cobrança dos juros, deve-se manter a sentença que reduziu o percentual. No entanto, se a taxa é prevista em contrato, não se pode considerar que a cobrança foi indevida, motivo pelo qual a restituição de eventual saldo remanescente deve ser feita na forma simples, não em dobro.

Na reclamação, o banco alega que há entendimento consolidado no STJ que expressamente determina a aplicação da taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, tanto nos casos de inexistência de cláusula contratual contendo o percentual de juros remuneratórios, quanto nos casos em que fica constatado abuso na taxa pactuada entre as partes.

O banco pediu que a questão seja analisada pela Segunda Seção e confrontada com entendimento firmado pelo STJ no julgamento do REsp 1.061.530. O STJ admite a reclamação para decidir a respeito de divergência entre acórdão de turma recursal estadual e a jurisprudência da Corte, e o processo tramita conforme o que determina a Resolução 12 /STJ.

Além de determinar a suspensão de todos os processos em trâmite nos juizados especiais cíveis nos quais tenha sido estabelecida a mesma controvérsia, até o julgamento final da reclamação, o ministro Beneti determinou que fossem oficiados os presidentes de tribunais de justiça e os corregedores gerais de justiça de todos os estados e do Distrito Federal, para que comunicassem a suspensão às turmas recursais.

A sessão de julgamentos da Segunda Seção terá início, excepcionalmente, às 13 horas.

Processo: Rcl 5786

FONTE: STJ

## **Perícia Médica - INSS apresenta atualização do novo modelo de perícia**

26/10/2011- Notas COAD

LOC/REPÓRTER: Auxílios-doença com afastamento de até 60 dias poderão ser concedidos sem a realização de perícia médica. Esse foi o principal avanço no projeto que estabelece um novo modelo de perícias médicas. A proposta foi apresentada nesta terça-feira no Conselho Nacional de Previdência Social. A previsão é que um projeto piloto seja implementado em 2012, como explica o ministro Garibaldi Alves Filho.

TEC/SONORA: Ministro Garibaldi Alves Filho

*"Nós teremos um novo modelo a partir do início do próximo ano, quando vamos ter um desafio no que toca a perícia, porque hoje há uma certa dificuldade de atender com muita presteza aqueles que procuram o auxílio-doença, aqueles que procuram a*

*perícia do INSS. Então nós vamos ter um médico, até 60 dias, um médico que não seja da perícia poderá dar esse atestado. Depois de 60 dias não. Aí só a perícia.*

LOC/REPÓRTER: Para que o auxílio-doença com afastamento de até 60 dias seja concedido sem perícia médica são necessários alguns requisitos. Segundo o presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild, serão beneficiados com o novo modelo de perícia os segurados obrigatórios que contarem com, no mínimo, 24 contribuições ininterruptas anteriores ao requerimento do benefício por incapacidade.

TEC/SONORA: presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild

*"Eu acho que o projeto como um todo está mais maduro. Quem acompanhou as primeiras reuniões do CNPS em que nós apresentamos a proposta, percebia que naquele momento havia muita dúvida, muitos questionamentos, muitas indagações. Talvez nós mesmos ainda tivéssemos muitas dúvidas e, à medida em que os dois grupos de trabalho foram constituídos, um no INSS outro na Portaria do ministro Garibaldi, os médicos que estão envolvidos, a associação, Conselho Federal (de Medicina), a Procuradoria, conseguiram seguramente equacionar as nossas dúvidas, conseguiram identificar os pontos sensíveis do projeto, permitindo inclusive que a gente pudesse ampliar o prazo, que no primeiro momento era de 45 dias, agora nós apresentamos em 60. Nós íamos exigir 36 contribuições após a data do requerimento, já adequamos isso para 24, porque nós encontramos pontos de controle, encontramos a maturidade suficiente do sistema para estarmos convencidos de que agora a gente está no estágio final.*

LOC/REPÓRTER: O grupo de trabalho composto por membros do INSS, do Ministério da Previdência Social, da Dataprev e da Associação dos Médicos Peritos da Previdência Social está estudando um cronograma de implantação e a viabilidade do novo modelo, além da criação de formulários eletrônicos e auditoria do sistema.

FONTE: Previdência Social

## **Aposentadoria - Artigo sugere ajustes na concessão da aposentadoria por tempo de contribuição**

26/10/2011- Notas COAD

O Ministério da Previdência Social divulgou, nesta terça-feira (25), o Informe de Previdência Social de outubro de 2011, assinado pelo diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Rogério Nagamine Constanzi. O estudo apresenta a situação atual das aposentadorias por tempo de contribuição (ATC) e ressalta a necessidade de ajustes nesta modalidade de aposentadoria, para garantir a sustentabilidade da Previdência Social.

Atualmente, o único requisito para a concessão desse benefício é o tempo de contribuição da pessoa, sem nenhuma restrição direta em relação à idade (indireta e teoricamente, o Fator Previdenciário incentiva a permanência no serviço). A exigência é de 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos, se mulher, o que, para o autor, permite a concessão de aposentadorias em idades que podem ser consideradas baixas.

De acordo com o estudo, em 2010 foram concedidas 276 mil aposentadorias por tempo de contribuição - 183 mil para homens e 93 mil para mulheres. A idade média na concessão foi de 53 anos - sendo 54 anos para eles e 51 anos para elas. Assim, "pode-se esperar pagamentos desses benefícios, dada a atual expectativa de

sobrevida, por um período de, respectivamente, 23,8 e 30,2 anos". Uma das consequências da aposentadoria precoce, segundo o diretor, é que as pessoas se aposentam, mas continuam trabalhando - o que estimula as demandas por desaposentação. "O fator previdenciário, que deveria servir de incentivo para postergar a aposentadoria, na prática tem sido mais eficaz apenas para reduzir o valor dos benefícios previdenciários. A explicação para tal fato é que a legislação brasileira permite que as pessoas aposentadas continuem trabalhando, à exceção dos benefícios por incapacidade", afirma.

Nagamine apresenta um levantamento feito em julho de 2010, nos registros da Previdência Social, que identificou, "entre os aposentados, 923.561 vínculos empregatícios ou recolhimentos como contribuintes individuais que correspondiam a 803.428 indivíduos, mostrando que cerca de 120 mil aposentados tinham mais de um vínculo, ou tinham mais de um vínculo e também contribuíam como contribuintes individuais".

Os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2009) apontaram a existência de cerca de 18,5 milhões de aposentados sem restrição de idade. Desse total, cerca de 5,4 milhões estavam ocupados, a maioria no setor informal (sem contribuição para a Previdência) e apenas 21% (cerca de 1,1 milhão) tinham contribuição para a Previdência. "Ainda assim, há um impacto significativo", diz o autor.

Para o diretor do RGPS, a desaposentação descaracteriza por completo a Previdência como mecanismo de substituição de renda e a torna, cada vez mais, mecanismo de complementação de renda.

Nagamine ressalta que o prejuízo será um aumento relevante da carga tributária para as gerações futuras. Uma estimativa feita por Nagamine aponta que, em 2050, a quantidade de aposentadorias por tempo de contribuição poderá subir dos atuais 4,5 para 11,6 milhões de benefícios. A despesa, como proporção do PIB, passaria dos atuais 1,9% (2010) para 4,8% em 2050, apenas com ATC.

"A resistência da geração atual em implementar um ajuste para que, no futuro, não sejam permitidas aposentadorias abaixo dos 60 anos, ou mesmo 50 anos, pode implicar uma despesa adicional do PIB de 1,1% em 2050", afirma o estudo. Este valor representaria um custo de R\$ 228 bilhões (supondo um crescimento real de 4,4% ao ano).

Como alternativas para substituir o fator previdenciário, o diretor propõe: alterações no tempo de contribuição, introdução de idade mínima nas ATCs ou uma mistura dos dois - combinando tempo de contribuição e idade, como existe no serviço público.

FONTE: INSS